



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB
Processo nº 06930/2015

AVISO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Juiz de Fora, faz saber, a quem interessar possa, que encontra-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA, com a finalidade de selecionar propostas **para implantação e operação de 02 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – URPV's no município de Juiz de Fora**, regida pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

A abertura desta licitação ocorrerá **às 9h30 (nove e trinta) horas, do dia 08 (oito) de dezembro de 2015**, no Prédio da Prefeitura de Juiz de Fora, situado na Av. Brasil nº 2001, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Propostas de Preços ao Presidente, em acordo com as exigências do Edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em meio magnético, mediante entrega de um CD/DVD ou pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico <http://cpl.pjf.mg.gov.br>. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, via e-mail – cpl@pjf.mg.gov.br - ou via fax – (32) 3690-8184, a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone: (32) 3690 – 8190.

Juiz de Fora, 28 de outubro de 2015.

Rafaela Medina Cury
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Juiz de Fora informa a todos os interessados, que dará início **às 9h30 (nove e trinta) horas, do dia 08 (oito) de dezembro de 2015**, na sala de licitações da Comissão Permanente de Licitação, situada na Avenida Brasil, nº 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, ao procedimento licitatório **CONCORRÊNCIA nº 007/2015**, tipo **MENOR PREÇO**, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 2006, Lei nº 12.211/2011 e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

1 - DO OBJETO E CREDENCIAMENTO

1.1. DO OBJETO

1.1.1. É objeto desta licitação a seleção de sociedade empresária especializada conforme especificações constantes dos Anexos integrantes deste Edital para **implantação e operação de 02 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – URPV's no município de Juiz de Fora**, considerando:

- URPV como: “equipamento público destinado ao recebimento de pequenos volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, gerados e entregues pelos munícipes, podendo ainda ser coletados e entregues por pequenos transportadores diretamente contratados pelos geradores, equipamento esse que, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, deve ser usado para a triagem de resíduos recebidos, posterior coleta diferenciada e remoção para adequada disposição”;

- Resíduos da Construção Civil: “provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras. Devem ser classificados, conforme o disposto na Resolução CONAMA nº 307 ou qualquer outra que venha a sucedê-la, nas classes A, B, C e D”;

- Resíduos Volumosos: “resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros, comumente chamados de bagulhos e não caracterizados como resíduos industriais”;

- Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos: “aqueles contidos em volumes até 1 (um) metro cúbico”;

- Geradores de Resíduos da Construção Civil: “pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra de construção civil, ou de demolição, ou empreendimento com movimento de terra, que produzam Resíduos da Construção Civil”;

- Geradores de Resíduos Volumosos: “pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados Resíduos Volumosos”;

- Receptores de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Volumosos: “pessoas jurídicas, públicas ou privadas, operadoras de empreendimentos, cuja função seja o manejo adequado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos em pontos de entrega, áreas de triagem, áreas de reciclagem e aterros licenciados, entre outras”.

1.1.1.1. A implantação das URPV's deverá considerar os projetos básicos definidos no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos de Construção Civil – PGIRCC do município de Juiz de Fora (**Anexo I.1, em arquivo digital anexo**).

1.1.1.2. A operação das URPV's deverá contemplar as atividades de recebimento, triagem, guarda e posterior expedição dos resíduos triados. O transporte dos resíduos das URPV's até sua destinação final será realizada pelo DEMLURB.

1.1.1.3. A operação das URPV's deverá contemplar mão-de-obra, equipamentos e insumos necessários às atividades constantes do subitem **1.1.1.2** deste edital.

1.1.1.4. A destinação dos resíduos triados nas URPV's poderão ser o Aterro Sanitário ou Aterro de Inertes localizados na Central de Tratamento de Resíduos – CTR em Dias Tavares, a Usina de Triagem de Resíduos Recicláveis em Nova Benfica ou outro local devidamente licenciado, de acordo com a tipologia de cada resíduo.

1.1.1.5. A destinação de resíduos volumosos, perigosos e outros resíduos que não se enquadrem na classificação da Resolução CONAMA nº 307/2002 que, porventura, estejam misturados aos resíduos da construção Civil de pequenos geradores e que sejam identificados na triagem realizada nas URPV's, deverão permanecer nessas unidades até a correta destinação final a ser promovida pelo DEMLURB.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1.2.1. A execução desta contratação envolve os seguintes serviços:

1.2.1.1. Implantação das URPV's nas áreas selecionadas no subitem 3.7 do Projeto Básico, contemplando no mínimo:

- Preparo da área, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e blocos de concreto Inter travados, ao redor da guarita, em conformação de escama de peixe;
- Instalação em todo perímetro da área tela 5 x 10, fio 2,40 mm, altura 2,03 m, de fabricação Belgo Bekaert Arames Ltda. Cada área de URPV será dotada de portão metálico com fechamento da mesma tela da cerca; cerca viva com altura aproximadamente de 1 m constituída de arbustos conhecidos como Pingo de Ouro e em todas as unidades serão plantadas mudas de Ipê Amarelo;
- Cada URPV receberá 4 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado em cada área um poste padrão trifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por um único poste do tipo curvo de aço;
- De acordo com as recomendações técnicas, as URPV's serão dotadas de um conjunto de baias para acondicionamento temporário de quatro tipos diferentes de resíduos, estruturado e coberto com telhas "ecológicas";
- A guarita será do tipo *container* forrada 10 ou similar. Sobre o teto da guarita será instada uma caixa d'água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros;
- Cada URPV receberá a instalação de um tanque de concreto, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 3/4" e um letreiro de identificação;
- As plataformas e rampas serão constituídas com aterro contido pelo sistema *rip-rap* e acabamento superficial em lastro de concreto em conformidade com o projeto constante no PGIRCC.

1.2.1.2. Operação das URPV's localizadas nas áreas selecionadas no subitem 3.7 do Projeto Básico, contemplando no mínimo:

- Recepção dos resíduos de construção civil até o limite de 1 m³ e resíduos volumosos durante todo o horário de funcionamento das URPV's, procedendo o registro da quantidade de resíduos, sua origem e classificação segundo a Resolução CONAMA nº 307/2002, quando for o caso, não sendo permitida em nenhuma hipótese a recepção de resíduos de origem comercial, industrial, de serviços de saúde e/ou resíduos orgânicos de origem domiciliar;
- Triagem dos resíduos oriundos dos pequenos geradores de RCC's e resíduos volumosos possibilitando sua correta destinação final;
- Armazenagem dos resíduos já triados de forma que o DEMLURB possa proceder a coleta, o transporte e a correta destinação final dos resíduos, procedendo ao registro da quantidade de resíduos expedidos, sua classificação segundo a Resolução CONAMA nº 307/2002, quando for o caso;
- Funcionamento das URPV's pelo período de 8:00 às 17:00 h, de segunda à sexta-feira e de 8:00 às 12:00 h, aos sábados.



1.2.2. A implantação e operação das URPV's deverão ser supervisionadas por profissionais de engenharia habilitados e qualificados com respectivas inscrições nos conselhos de classe e com anotação de responsabilidade técnica- ART.

1.2.3. A CONTRATADA contará com o apoio de equipe responsável e/ou fiscalizador do Contrato e demais pessoas indicadas pela CONTRATANTE, cujos membros acompanharão e darão suporte ao desenvolvimento dos trabalhos, proporcionando informações que contribuam para a consecução dos objetivos propostos, arcando a CONTRATADA com todos os custos decorrentes do deslocamento e de seus profissionais.

1.2.4. Depois de concluída a implantação das URPV's, os produtos realizados pela empresa contratada durante a operação das mesmas (relatórios, planilhas e demais documentos pertinentes) deverão ser entregues em 02 (duas) vias, para análise e aceitação, na sede do DEMLURB, localizado na Avenida Francisco Valadares, nº 1000, Bairro Vila Ideal, CEP 36020- 420, na cidade de Juiz de Fora/MG, nos termos do item 9 deste edital.

1.3. DO CREDENCIAMENTO

1.3.1. Os proponentes ou seus representantes legais deverão apresentar-se para credenciamento junto ao Presidente e/ou Membros da Comissão, munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, identificando-se com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, conforme Anexo II.

1.3.2. O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para assinar atas, contratos, firmar compromissos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente em ambos os casos, **deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social**, no qual estejam expressos seus poderes.

1.3.3. Não serão aceitos documentos ou propostas enviadas pelos proponentes por qualquer tipo de via postal, fax, e-mail ou entregues antes da data e horário estabelecidos neste Edital, exceto remessa de desistência de recurso administrativo e credenciamento.

1.3.4. A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta. Também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

1.3.5. Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a Comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

1.3.6. A ausência de representante legal da licitante também acarretará a perda do direito de interposição de recurso com relação aos atos praticados durante a sessão em que não estiver presente o referido representante.

2 - DA HABILITAÇÃO

2.1 - Para habilitação, deverá a sociedade empresária apresentar, no envelope "A" – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 1 (uma) via e em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à Comissão Licitante os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

2.1.1 – Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação com, preferencialmente, no mínimo uma hora antes do início da sessão de abertura da licitação.

2.1.2 - Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.



2.1.3 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

2.1.4 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **60 (sessenta)** dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

2.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

2.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;

2.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.2.4. Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de inexistência de fato impeditivo da habilitação, conforme **Anexo III**.

2.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme **Anexo VI**.

2.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

2.3. Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:

2.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

2.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

2.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

2.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

2.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

2.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

2.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.3.7 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou



empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo IX.

2.3.8 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo IX.

2.3.9 – Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.3.9.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

2.3.9.2 – A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

2.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

2.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

2.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

2.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em Jornal; ou
- Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
- Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

2.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 2.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.



2.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC..... maior ou igual a 1(um)

2.4.2.1. O item 2.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

2.4.3. Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.

2.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social integralizado de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/200.

2.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

2.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

2.6. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.3 e 2.4.3**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

2.7. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

2.7.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

2.7.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

2.7.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

2.7.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;



2.7.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

3 - DA PROPOSTA

3.1. A Proposta de Preços deverá ser digitalizada ou impressa eletronicamente em papel com identificação da sociedade (s) empresária (s), em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente.

3.1.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor proposto para os serviços, conforme **Anexo VII**.

3.1.2. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação (abertura do envelope, por parte da CPL), conforme **Anexo VIII**.

3.1.3. Orçamento detalhado dos serviços, conforme **Anexo I.5**, seguindo estritamente as planilhas constantes do Anexo deste Edital, com respectivos preços unitários propostos, que deverão ser grafados em algarismos numéricos. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

3.1.4. Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução dos serviços previsto no cronograma, conforme **Anexo I.4**.

3.1.5. Planilha com detalhamento do BDI.

3.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

3.3. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

3.4. Não será aceita proposta que contenha rasuras e/ ou entrelinhas.

3.5. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos neste Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

4. DA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta. O Município não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento e do resultado do processo licitatório.

4.2. A proponente deverá entregar à Comissão Permanente de Licitação, no local, na data e na hora fixadas neste Edital, através de representante legal da empresa ou representante constituído através de carta-credencial, a documentação de habilitação e proposta de preços.

4.3. A documentação e a proposta deverão ser entregues em 2 (dois) envelopes fechados, contendo o primeiro a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e o segundo a **PROPOSTA DE PREÇOS**, com as seguintes inscrições na parte frontal de cada um deles:



- **ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA nº 007/2015 - DEMLURB.
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:**
- **ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA nº 007/2015 - DEMLURB.
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:**

4.4. É obrigatória a assinatura do representante legal da licitante nos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e na **PROPOSTA DE PREÇOS**.

4.5. A entrega dos 02 (dois) invólucros (Habilitação e Proposta) deverá ser pessoal mediante entrega pelo representante legal credenciado do proponente. Não serão aceitos proposta ou documentos enviados por qualquer tipo de via postal ou eletrônica.

4.6. Após o horário estabelecido neste Edital, nenhuma proposta ou documento será recebido.

4.7. Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando-se duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

4.8. No horário fixado no preâmbulo deste Edital, na sala de licitações do endereço acima mencionado, após a entrega dos envelopes, a Comissão encarregada da Licitação dará início à abertura dos mesmos.

5. PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO

5.1. No dia, local e hora previstos, reunir-se-ão, em ato público, a Comissão Permanente de Licitação e os proponentes presentes. O ato público poderá ser presenciado por qualquer pessoa, porém só terão o direito de usar da palavra, rubricar, impugnar documentos, consignar ou desistir de recursos, os representantes que estiverem munidos de credencial específica para esta licitação. Desta reunião, lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual ficarão registradas todas as ocorrências.

5.2. No dia, local e hora marcados para a abertura dos **Envelopes 01 e 02**, a Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação (envelope "01").

5.3. Aberto o **Envelope 01**, os documentos serão rubricados pela Comissão e a seguir, pelos representantes de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

5.4. Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inserido nos invólucros 01 e 02, exceto quando ocorrer a hipótese do § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. A Comissão examinará os documentos e considerará habilitados os licitantes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os sumariamente em caso contrário.

5.5.1. Caso não seja possível analisar a documentação de habilitação na sessão, a comissão marcará nova data (a ser divulgada aos licitantes) para abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preço**.

5.6. A Comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados o **Envelope 02**, sem abri-lo, caso não haja interesse por parte dos participantes em interposição de recurso relativo a esta fase.

5.7. A Comissão procederá, então, à abertura do **Envelope 02 – Proposta de Preço** dos licitantes habilitados.



5.8. Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas serão rubricadas por todos os representantes credenciados dos licitantes presentes ao ato e pela Comissão.

5.8.1. Rubricadas as propostas, a Comissão lavrará ata de todo o ocorrido.

5.9. Após a análise das propostas e dentro do prazo a ela concedido, a Comissão:

5.9.1. Desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem rigorosamente às especificações e exigências do Edital, bem como as que ofertarem preço unitário excessivo ou manifestamente inexecutável, comparado aos praticados no mercado, na forma da Lei 8666/93, art. 48, §§ 1º e 2º.

5.10. Em qualquer fase da licitação, poderá a Comissão promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive quanto à justificativa escrita da composição dos preços constantes da proposta formulada, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos invólucros 01 ou 02.

5.11. Havendo dúvidas sobre a adequação da proposta ou do orçamento apresentado, caberá à Comissão encaminhar o processo à Secretaria Requisitante para que a mesma verifique a conformidade da proposta com os preços correntes do mercado, os quais deverão ser registrados na ata de julgamento.

5.12. A seu critério, a Comissão poderá aceitar propostas em que se verifiquem erros de cálculos, mas reservando-se o direito de corrigi-los na forma seguinte:

- Erro na transcrição das quantidades da relação fornecida para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o total.
- Erro da multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, e corrigindo-se o produto.
- Qualquer item do quadro de Quantidades não cotado, será considerado com valor 0 (zero), implicando na automática rejeição da proposta.
- A Comissão de Licitação terá autoridade bastante para proceder a tais correções, através do Presidente da Comissão, ou de quem este venha a delegar tal encargo.
- No caso de preços unitários discrepantes em sua grafia numérica e em seu extenso, será considerado como o correto o valor grafado por extenso, ressalvada a hipótese de a discrepância ter sido mero erro formal, comprovado pelo resultado da multiplicação do valor desse preço unitário pela respectiva quantidade.

5.12.1. O preço total resultante da revisão, caso ocorra, processada na forma do subitem anterior, será considerado como o VALOR GLOBAL PROPOSTO, para efeito da presente Licitação.

5.12.1. Caso o proponente não aceite a correção dos erros, a sua proposta será desclassificada.

5.13. O julgamento se fará entre as propostas aceitas e a classificação delas será feita levando-se em conta o **menor valor global**, que é o somatório de preço total dos serviços apresentados pelas empresas, obedecidos os critérios do item anterior, atendidas todas as exigências deste Edital quanto à proposta, **classificando-se em 1º lugar a proposta de menor preço global**.

5.13.1. Para efeito do disposto no item 5.13, entende-se como preço global dos serviços aquele obtido pelo somatório dos resultados da multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos correspondentes.

5.13.2. Os preços unitários e mensais ofertados pelos proponentes **NÃO PODERÃO SER SUPERIORES** aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.



5.14. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita obrigatoriamente por sorteio, que poderá ser realizado na mesma sessão ou em nova reunião, à qual será dada a devida publicidade.

5.15. A comissão lavrará relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.

5.16. No local, data e hora designados, a Comissão divulgará a ordem de classificação.

5.17. Divulgada a ordem de classificação, a Comissão dará vista das propostas, aos representantes dos proponentes.

5.18. Dos atos praticados pela Comissão de Permanente de Licitação caberá recurso, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o qual será entregue ao Presidente da Comissão, em 02 (duas) vias, que dará recibo em uma delas.

5.18.1. Não serão aceitos recursos e impugnações ao Edital, enviados por qualquer tipo de via postal, fax ou e-mail.

5.19. Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

5.20. Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo **após esse prazo expurgado**.

5.21 – É facultado à Comissão Licitante no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

5.22 – Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

5.22.1 – Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10 (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada;

5.22.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, sob pena de preclusão;

5.22.3 – A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

5.22.4 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.22.5 – No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 5.22.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

5.22.6 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 5.22.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;



5.22.7 – O procedimento previsto no item 5.22 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

6 – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

6.1- A autoridade competente homologará o resultado da licitação e adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

6.2 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

6.3 - Decorrido o prazo do item 6.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

6.3.1 multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

6.3.2 impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

6.3.3 A multa de que trata o item 6.3.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7. DO CONTRATO E DO PRAZO

7.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

7.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

7.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

7.4. O **prazo total de vigência** do contrato é de até **53 (cinquenta e três) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes.

7.5. O prazo de execução dos serviços será de até 53 (cinquenta e três) meses, contados a partir da Ordem de Execução de Serviço, para conclusão e entrega dos serviços descritos no item **1.2**, objeto desta contratação, conforme cronograma físico-financeiro constante do **Anexo 1.4**.

7.6. A contratação dos serviços, objeto desta licitação será pelo regime de empreitada por preço global.

8. DO REAJUSTE DO CONTRATO

8.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.



8.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

8.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

8.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

9. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO SERVIÇO

9.1. O objeto desta contratação será recebido:

9.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

9.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Caberá à CONTRATADA, no caso de recusa dos serviços dispostos neste edital, substituí-los, às suas expensas, de imediato ou no prazo determinado pelo DEMLURB.

10. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A supervisão da prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor da Diretoria Administrativa designado pelo DEMLURB, nos termos do art. 67, da lei nº 8.666/93, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento nos termos contratados.

10.2. O DEMLURB comunicará à empresa prestadora dos serviços, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos mesmos, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.3. A presença da fiscalização do DEMLURB, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA.

10.4. A fiscalização se reserva no direito de impugnar os serviços que não forem feitos a contento, ficando a CONTRATADA obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o DEMLURB.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. Caberá à CONTRATADA:

11.1.1. Responsabiliza-se pelo planejamento, coordenação e desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Contrato.

11.1.2. Indicar as equipes de coordenação, técnica e de apoio, responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos ora contratados.

11.1.3. Responder perante o CONTRATANTE pela qualidade técnica e orientação dos trabalhos desenvolvidos.

11.1.4. Observar o cumprimento dos prazos previstos para a realização dos serviços objeto do presente Contrato.



11.1.5. Comprometer-se a guardar sigilo ético-empresarial necessário, por tempo indeterminado, sobre dados, documentos, especificações técnicas e comerciais, metodologias, inovações e quaisquer outras informações da CONTRATANTE, sobre os quais a CONTRATADA tenha tido acesso durante a execução do presente Contrato, não podendo divulgar ou reproduzir sob qualquer pretexto, sob pena de quebra de Contrato, sujeito à plena resilição, além das sanções legais pertinentes.

11.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados.

11.1.7. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

11.1.8. Executar os serviços em conformidade e nas condições estipuladas neste edital e normas técnicas aplicáveis.

11.1.9. Executar o objeto deste instrumento nas especificações e condições exigidas, propostas apresentada e no preço avençado;

11.1.10. Possibilitar ao fiscalizador da CONTRATANTE em qualquer etapa, o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação.

11.1.11. Comunicar ao fiscalizador do contrato, com antecedência de até 15 (quinze) dias úteis do prazo de vencimento da entrega do objeto desta contratação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, ficando a cargo da CONTRATANTE acatar ou não as razões que deram ensejo ao não cumprimento do prazo.

11.1.12. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

11.1.13. Arcar com todos os custos decorrentes do deslocamento de seus profissionais para realização de eventuais reuniões, com a participação do fiscalizador do Contrato e demais pessoas indicadas pela CONTRATANTE, a serem realizadas no início e no final dos trabalhos, na sede da CONTRATANTE.

11.1.14. Todas as despesas relativas à execução dos serviços, materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas, viagens (deslocamento, hospedagem, e alimentação) e etc., correrão por conta da CONTRATADA.

11.1.15. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução dos serviços.

11.1.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente edital.

11.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em licitação.

11.2. Caberá ao CONTRATANTE:

11.2.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste edital, inclusive facilitando o acesso às informações disponíveis, dentro das exigências estabelecidas.

11.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solucionados pela CONTRATADA.

11.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto desta contratação entregue em desacordo com o escopo previsto neste edital em com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO.



11.2.4. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

11.2.5. Notificar, por escrito, a CONTRATADA em ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado de execução dos serviços para a sua regularização.

11.2.6. Aplicar penalidades previstas para o caso do não cumprimento deste edital pela CONTRATADA.

12 – DAS PENALIDADES E RESCISÃO

12.1 - São estabelecidas de acordo com a Lei nº 8.866, de 21 de junho de 1993, conforme dados dos setores administrativos competentes.

12.2. O não cumprimento de qualquer obrigação assumida em decorrência desta contratação, por parte da CONTRATADA, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.866/93, garantida a prévia defesa:

a) Advertência.

b) Multa do valor contratado, em até:

b.1) 0,3% (zero vírgula três por cento), incidente sobre o valor da contratação, por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia;

b.2) 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

b.3) 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da contratação, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o DEMLURB, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

c) Suspender temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2.1. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pelo DEMLURB, ou, ainda, quando for o caso, deverá ser paga por meio de guia própria – documento arrecadação municipal – no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua aplicação.

12.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 12.2, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

12.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “d” do item 12.2, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

12.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

12.6. O Demlurb poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

a) por infração a qualquer de suas cláusulas;

b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperação judicial e extrajudiciais da Contratada;

c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;

d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;



e) mais de 2 (duas) advertências

12.7. Da Inexecução e da rescisão da contratação

12.7.1. A inexecução total ou parcial da contratação poderá ensejar a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 866/93.

12.7.2. Se a rescisão da avença se por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATADO sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

12.7.3. A rescisão da contratação poderá se dá sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei 8.666/93.

12.8 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termo do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

12.9. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado pela Divisão de Recursos Financeiros do DEMLURB, creditado em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária, contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis posteriores à data de apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura, junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor lotado na Diretoria Administrativa, responsável pela fiscalização do Contrato:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Localidade: _____

13.2. O DEMLURB pagará à CONTRATADA o valor correspondente ao serviço, objeto desta contratação, conforme cronograma físico-financeiro.

13.3. Para efeito de pagamento a Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, do Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CPENDT), instituída pela Lei nº 12.440/2011.

13.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o subitem **13.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica o DEMLURB autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação à Contratada, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

13.5. O DEMLURB poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste edital.

13.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **13.4**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste edital.



13.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da Nota Fiscal/Fatura.

13.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva do DEMLURB, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) \\ \text{-----} \\ 365 \\ EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento

e a do efetivo pagamento;

VP – valor da parcela em atraso.

13.9. Para a hipótese definida no subitem **13.8**, a Contratada fica obrigada a emitir Nota Fiscal/Fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento do DEMLURB.

13.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

13.11. O ISSQN, se devido, será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

13.11.1. A retenção de ISSQN será no percentual de 3%, nos termos do art. 47 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações para o item 7.02 e de 5% para o item 7.09, sendo o ISS devido no local de sua prestação, ou seja, no Município de Juiz de Fora, e de 5% para o item 7.03, sendo o ISSQN devido no local do estabelecimento prestador, ou seja, no Município onde a empresa está localizada.

Com relação à redução da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), prevista no art. 28, § 2º, inciso I, da Lei nº 10.630, de 30 de dezembro de 2003 (dedução do valor dos materiais fornecidos pelo prestador), em relação ao subitem 7.02, somente será possível se o prestador do serviço cumprir as exigências previstas no Decreto nº 9029, de 31 de outubro de 2006.

Observação importante: Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 51/08). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável deverá reter o imposto com base na maior alíquota do Simples Nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

13.11.2. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

13.12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários e financeiros, decorrentes dessa contratação correrão à conta das dotações orçamentárias:

1.15.452.0017.23320000 - 44.90.51 - Fonte de Recursos 0100



1.15.452.0017.23320000 - 33.90.34 / 33.90.39 - Fonte de Recursos: 0160.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa a presente CONCORRÊNCIA.

14.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pela Comissão Permanente de Licitação e representantes credenciados dos proponentes.

14.4 - Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 10 (dez) minutos do horário previsto.

14.5 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a CPL/PJF pelo telefone: (32) 3690-8190, fax (32)3690-8184, e-mail: cpl@pjf.mg.gov.br, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

14.6 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.7 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

14.8 - Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela CPL/PJF obedecida a legislação vigente.

14.9 - Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.

14.10. É vedada a participação:

- a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperação judicial e extrajudicial;
- b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
- c) de interessados que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública do Município de Juiz de Fora;
- d) de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos do Município de Juiz de Fora, do Estado de Minas Gerais, de suas sociedades para estatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 120 (cento e vinte) dias anteriores à data desta licitação.
- e) de sociedade empresária que tenha participado da elaboração dos projetos básicos objeto deste Edital, conforme estabelecido pelo art. 9º da Lei federal nº 8.666/93.

14.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



14.12. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Projeto Básico.

ANEXO I.1. Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos de Construção Civil – PGIRCC do Município de Juiz Fora *(em arquivo digital anexo)*;

ANEXO I.2. Mapa de localização da Área “Bairro Bom Jardim” *(em arquivo digital anexo)*;

ANEXO I.3. Mapa de localização da Área “Bairro Aeroporto” *(em arquivo digital anexo)*;

ANEXO I.4. Cronograma Físico-Financeiro *(em arquivo digital anexo)*

ANEXO I.5. Planilhas de Composição de custos de implantação e operação das URPV's *(em arquivo digital anexo)*.

ANEXO II - Modelo de Carta Credencial para sessão pública.

ANEXO III – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

ANEXO IV - Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento do Edital.

ANEXO V – Minuta de Contrato.

ANEXO VI - Declaração do Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

ANEXO VII- Carta de Apresentação da Proposta de Preços.

ANEXO VIII – Modelo Declaração de Prazo de Validade da Proposta.

ANEXO IX - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Juiz de Fora, 28 de outubro de 2015.

Rafaela Medina Cury
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

1. ENTE REQUISITANTE

1.1. DEMLURB – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa para implantação e operação de **02 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – URPV's** no município de Juiz de Fora, considerando:

- URPV como: “equipamento público destinado ao recebimento de pequenos volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, gerados e entregues pelos munícipes, podendo ainda ser coletados e entregues por pequenos transportadores diretamente contratados pelos geradores, equipamento esse que, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, deve ser usado para a triagem de resíduos recebidos, posterior coleta diferenciada e remoção para adequada disposição”;

- Resíduos da Construção Civil: “provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras. Devem ser classificados, conforme o disposto na Resolução CONAMA nº 307 ou qualquer outra que venha a sucedê-la, nas classes A, B, C e D”;

- Resíduos Volumosos: “resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros, comumente chamados de bagulhos e não caracterizados como resíduos industriais”;

- Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos: “aqueles contidos em volumes até 1 (um) metro cúbico”;

- Geradores de Resíduos da Construção Civil: “pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra de construção civil, ou de demolição, ou empreendimento com movimento de terra, que produzam Resíduos da Construção Civil”;

- Geradores de Resíduos Volumosos: “pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados Resíduos Volumosos”;

- Receptores de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Volumosos: “pessoas jurídicas, públicas ou privadas, operadoras de empreendimentos, cuja função seja o manejo adequado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos em pontos de entrega, áreas de triagem, áreas de reciclagem e aterros licenciados, entre outras”.

2.1.1. A implantação das URPV's deverá considerar os projetos básicos definidos no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos de Construção Civil – PGIRCC do município de Juiz de Fora (**Anexo I.1**).

2.1.2. A operação das URPV's deverá contemplar as atividades de recebimento, triagem, guarda e posterior expedição dos resíduos triados. O transporte dos resíduos das URPV's até sua destinação final será realizada pelo DEMLURB.

2.1.3. A operação das URPV's deverá contemplar mão-de-obra, equipamentos e insumos necessários às atividades constantes do subitem 2.1.2 deste Projeto Básico.

2.1.4. A destinação dos resíduos triados nas URPV's poderão ser o Aterro Sanitário ou Aterro de Inertes localizados na Central de Tratamento de Resíduos – CTR em Dias Tavares, a Usina de Triagem de Resíduos



Recicláveis em Nova Benfica ou outro local devidamente licenciado, de acordo com a tipologia de cada resíduo.

2.1.5. A destinação de resíduos volumosos, perigosos e outros resíduos que não se enquadrem na classificação da Resolução CONAMA nº 307/2002 que, porventura, estejam misturados aos resíduos da construção Civil de pequenos geradores e que sejam identificados na triagem realizada nas URPV's, deverão permanecer nessas unidades até a correta destinação final a ser promovida pelo DEMLURB.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando a Resolução CONAMA nº307, de 05 de julho de 2002 que prevê como *“instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pelos Municípios e pelo Distrito Federal, em consonância com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”*, O Plano de Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil-PGIRCC do município de Juiz de Fora foi elaborado em 2010 por um Grupo de Trabalho - GT nomeado por portaria do Executivo, assessorado por consultoria técnica da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, com interveniência da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FADEPE, e Coordenado pela Secretaria de Planejamento e Gestão- SEPLAG.

3.2. A Atual Administração, com o objetivo de solucionar a problemática de gestão dos resíduos da construção civil em Juiz de Fora e regularizar a disposição final dos RCC's, delegou aos Secretários de Planejamento e Gestão, de Meio Ambiente, de Obras e de Atividades Urbanas e ao Diretor Geral do DEMLURB à definição de ações emergenciais necessárias à implantação do PGIRCC.

3.3. Após diversas reuniões do grupo de secretários e seus assessores para discussão do assunto e direcionamento das ações, ficou decidido que o DEMLURB, pela natureza de suas atividades fins, seria o órgão da Prefeitura de Juiz de Fora responsável pela operacionalização do PGIRCC.

3.4. Visto que o DEMLURB em seus objetivos inclui a promoção da Gestão dos Resíduos Sólidos no município, e sendo, então, o responsável pela implementação do PGIRCC, vem desenvolvendo estudos que buscam solucionar os problemas específicos:

- (1) Reavaliar a implantação de Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil no município de Juiz de Fora;
- (2) Reavaliar a implantação de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – URPV's no município de Juiz de Fora;
- (3) Atualizar a legislação/regulamentação necessária à implantação do PGIRCC.

3.5. No entanto, para o problema 2, relacionado à Implantação das URPV's, o PGIRCC prevê um Programa Municipal de Gestão RCC direcionado aos pequenos geradores, aqueles cujo volume é de até 1 m³ por descarga e o transporte é feito por carroças, caminhonetes ou carrinhos de mão.

3.6. Nesse Programa Municipal os pequenos volumes devem ser depositados em locais que formam uma rede de áreas receptoras de modo a atender as diferentes regiões da cidade. No total foram pré-determinadas dezesseis áreas, dentre públicas e privadas. Para cada área, foi desenvolvido um projeto para instalação da chamada Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV).

3.7. A partir deste ano de 2015, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DEMLURB, prevê a implantação de diversas soluções previstas no Programa Municipal de Gestão de RCC. No entanto, a implantação das URPV's será feita de modo gradual por motivos estratégicos e financeiros. Inicialmente, foram escolhidas duas áreas, uma dentre as previstas no PGIRCC e outra identificada mais recentemente. As áreas vão abranger duas regiões da cidade, priorizando aquelas próximas aos centros geradores de resíduos, com boas condições de acesso de modo a facilitar o transbordo para os carroceiros e veículos e que sejam de propriedade do Poder Público. São elas:

Área “Bairro Bom Jardim” (Área 5 do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos de Construção Civil –

PGIRCC do município de Juiz Fora) – URPV localizada em área pública, no Bairro Bom Jardim, à Rua Diva Garcia, próxima à sede da “Fazenda dos Fávero”. Esta área atende as regiões Nordeste e Leste, tendo ligação com os bairros de ambas as regiões, Filgueiras, Recanto dos Lagos, Linhares, Bom Jardim, Progresso, Marumbi, Santa Paula, Vivendas da Serra, Parque Guarani, Granjas Betânia, dentre outros, sem ter de passar pela Região Central (Vide mapa **Anexo I.2** do presente Projeto Básico).

Área “Bairro Aeroporto” – URPV localizada em área pública, no bairro Aeroporto, na Rua B 1, em Frente ao Estádio Municipal. Esta URPV poderá abranger os bairros da região Oeste (Vide mapa em **Anexo I.3** do presente Projeto Básico).

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A execução desta contratação envolve os seguintes serviços:

4.1.1. Implantação das URPV’s nas áreas selecionadas no subitem 3.7 deste Projeto Básico, contemplando no mínimo:

- Preparo da área, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e blocos de concreto Inter travados, ao redor da guarita, em conformação de escama de peixe;
- Instalação em todo perímetro da área tela 5 x 10, fio 2,40 mm, altura 2,03 m, de fabricação Belgo Bekaert Arames Ltda. Cada área de URPV será dotada de portão metálico com fechamento da mesma tela da cerca; cerca viva com altura aproximadamente de 1 m constituída de arbustos conhecidos como Pingo de Ouro e em todas as unidades serão plantadas mudas de Ipê Amarelo;
- Cada URPV receberá 4 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado em cada área um poste padrão trifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por um único poste do tipo curvo de aço;
- De acordo com as recomendações técnicas, as URPV’s serão dotadas de um conjunto de baias para acondicionamento temporário de quatro tipos diferentes de resíduos, estruturado e coberto com telhas “ecológicas”;
- A guarita será do tipo *container* forrada 10 ou similar. Sobre o teto da guarita será instada uma caixa d’água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros;
- Cada URPV receberá a instalação de um tanque de concreto, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 3/4” e um letreiro de identificação;
- As plataformas e rampas serão constituídas com aterro contido pelo sistema *rip-rap* e acabamento superficial em lastro de concreto em conformidade com o projeto constante no PGIRCC.

4.1.2. Operação das URPV’s localizadas nas áreas selecionadas no subitem 3.7 deste Projeto Básico, contemplando no mínimo:

- Recepção dos resíduos de construção civil até o limite de 1 m³ e resíduos volumosos durante todo o horário de funcionamento das URPV’s, procedendo o registro da quantidade de resíduos, sua origem e classificação segundo a Resolução CONAMA nº 307/2002, quando for o caso, não sendo permitida em nenhuma hipótese a recepção de resíduos de origem comercial, industrial, de serviços de saúde e/ou resíduos orgânicos de origem domiciliar;
- Triagem dos resíduos oriundos dos pequenos geradores de RCC’s e resíduos volumosos possibilitando sua correta destinação final;
- Armazenagem dos resíduos já triados de forma que o DEMLURB possa proceder a coleta, o transporte e a correta destinação final dos resíduos, procedendo ao registro da quantidade de resíduos expedidos, sua classificação segundo a Resolução CONAMA nº 307/2002, quando for o caso;
- Funcionamento das URPV’s pelo período de 8:00 às 17:00 h, de segunda à sexta-feira e de 8:00 às 12:00 h, aos sábados.



4.2. A implantação e operação das URPV's deverão ser supervisionadas por profissionais de engenharia habilitados e qualificados com respectivas inscrições nos conselhos de classe e com anotação de responsabilidade técnica- ART.

4.3. A CONTRATADA contará com o apoio de equipe responsável e/ou fiscalizador do Contrato e demais pessoas indicadas pela CONTRATANTE, cujos membros acompanharão e darão suporte ao desenvolvimento dos trabalhos, proporcionando informações que contribuam para a consecução dos objetivos propostos, arcando a CONTRATADA com todos os custos decorrentes do deslocamento e de seus profissionais.

4.4. Depois de concluída a implantação das URPV's, os produtos realizados pela empresa contratada durante a operação das mesmas (relatórios, planilhas e demais documentos pertinentes) deverão ser entregues em 02 (duas) vias, para análise e aceitação, na sede do DEMLURB, localizado na Avenida Francisco Valadares, nº 1000, Bairro Vila Ideal, CEP 36020- 420, na cidade de Juiz de Fora/MG, nos termos do item 9, deste Projeto Básico.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. O regime de execução é por empreitada por preço global.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O **prazo total de vigência** do contrato é de até **53 (cinquenta e três) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes.

6.2. O prazo de execução dos serviços será de até 53 (cinquenta e três) meses, contados a partir da Ordem de Execução de Serviço, para conclusão e entrega dos serviços descritos no item 4.1, objeto desta contratação, conforme cronograma físico-financeiro constante do **Anexo 1.4** do presente Projeto Básico.

7. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela Divisão de Recursos Financeiros do DEMLURB, creditado em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária, contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis posteriores à data de apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura, junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor lotado na Diretoria Administrativa, responsável pela fiscalização do Contrato:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Localidade: _____

7.2. O DEMLURB pagará à CONTRATADA o valor correspondente ao serviço, objeto desta contratação, conforme cronograma físico-financeiro em anexo a este Projeto Básico.

7.3. Para efeito de pagamento a Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, do Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CPENDT), instituída pela Lei nº 12.440/2011.

7.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o subitem **7.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do Projeto Básico, fica o DEMLURB autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações



determinadas, sem prejuízo da aplicação à Contratada, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

7.5. O DEMLURB poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste Projeto Básico.

7.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem 7.4, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Projeto Básico.

7.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da Nota Fiscal/Fatura.

7.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva do DEMLURB, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) \\ \text{-----} \\ 365 \\ EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP – valor da parcela em atraso.

7.9. Para a hipótese definida no subitem 7.8, a Contratada fica obrigada a emitir Nota Fiscal/Fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento do DEMLURB.

7.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

7.11. O ISSQN, se devido, será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

7.11.1. A retenção de ISSQN será no percentual de 3%, nos termos do art. 47 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações para o item 7.02 e de 5% para o item 7.09, sendo o ISS devido no local de sua prestação, ou seja, no Município de Juiz de Fora, e de 5% para o item 7.03, sendo o ISSQN devido no local do estabelecimento prestador, ou seja, no Município onde a empresa está localizada.

Com relação à redução da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), prevista no art. 28, § 2º, inciso I, da Lei nº 10.630, de 30 de dezembro de 2003 (dedução do valor dos materiais fornecidos pelo prestador), em relação ao subitem 7.02, somente será possível se o prestador do serviço cumprir as exigências previstas no Decreto nº 9029, de 31 de outubro de 2006.

Observação importante: Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 51/08). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável deverá reter o imposto com base na maior alíquota do Simples Nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

7.11.2. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página



do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

8. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DA CONTRAÇÃO

8.1. A inexecução total ou parcial da contratação poderá ensejar a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 866/93.

8.2. Se a rescisão da avença se por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATADO sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

8.3. A rescisão da contratação poderá se dá sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei 8.666/93.

9. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO SERVIÇO

9.1. O objeto desta contratação será recebido:

9.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

9.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Caberá à CONTRATADA, no caso de recusa dos serviços dispostos neste Projeto Básico, substituí-los, às suas expensas, de imediato ou no prazo determinado pelo DEMLURB.

10. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. Caberá à CONTRATADA:

10.1.1. Responsabiliza-se pelo planejamento, coordenação e desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Contrato.

10.1.2. Indicar as equipes de coordenação, técnica e de apoio, responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos ora contratados.

10.1.3. Responder perante o CONTRATANTE pela qualidade técnica e orientação dos trabalhos desenvolvidos.

10.1.4. Observar o cumprimento dos prazeres previstos para a realização dos serviços objeto do presente Contrato.

10.1.5. Comprometer-se a guardar sigilo ético-empresarial necessário, por tempo indeterminado, sobre dados, documentos, especificações técnicas e comerciais, metodologias, inovações e quaisquer outras informações da CONTRATANTE, sobre os quais a CONTRATADA tenha tido acesso durante a execução do presente Contrato, não podendo divulgar ou reproduzir sob qualquer pretexto, sob pena de quebra de Contrato, sujeito à plena resilição, além das sanções legais pertinentes.

10.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados.

10.1.7. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.



10.1.8. Executar os serviços em conformidade e nas condições estipuladas neste Projeto Básico e normas técnicas aplicáveis.

10.1.9. Executar o objeto deste instrumento nas especificações e condições exigidas, propostas apresentada e no preço avençado;

10.1.10. Possibilitar ao fiscalizador da CONTRATANTE em qualquer etapa, o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação.

10.1.11. Comunicar ao fiscalizador do contrato, com antecedência de até 15 (quinze) dias úteis do prazo de vencimento da entrega do objeto desta contratação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, ficando a cargo da CONTRATANTE acatar ou não as razões que deram ensejo ao não cumprimento do prazo.

10.1.12. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.1.13. Arcar com todos os custos decorrentes do deslocamento de seus profissionais para realização de eventuais reuniões, com a participação do fiscalizador do Contrato e demais pessoas indicadas pela CONTRATANTE, a serem realizadas no início e no final dos trabalhos, na sede da CONTRATANTE.

10.1.14. Todas as despesas relativas à execução dos serviços, materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas, viagens (deslocamento, hospedagem, e alimentação) e etc., correrão por conta da CONTRATADA.

10.1.15. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução dos serviços.

10.1.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Projeto Básico.

10.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em licitação.

11. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

11.1. Caberá ao CONTRATANTE:

11.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Projeto Básico, inclusive facilitando o acesso às informações disponíveis, dentro das exigências estabelecidas.

11.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solucionados pela CONTRATADA.

11.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto desta contratação entregue em desacordo com o escopo previsto neste Projeto Básico em com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO.

11.1.4. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

11.1.5. Notificar, por escrito, a CONTRATADA em ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado de execução dos serviços para a sua regularização.

11.1.6. Aplicar penalidades previstas para o caso do não cumprimento deste Projeto Básico pela CONTRATADA.



12. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A supervisão da prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor da Diretoria Administrativa designado pelo DEMLURB, nos termos do art. 67, da lei nº 8.666/93, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento nos termos contratados.

12.2. O DEMLURB comunicará à empresa prestadora dos serviços, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos mesmos, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.3. A presença da fiscalização do DEMLURB, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA.

12.4. A fiscalização se reserva no direito de impugnar os serviços que não forem feitos a contento, ficando a CONTRATADA obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o DEMLURB.

13. DAS PENALIDADES

13.1 - São estabelecidas de acordo com a Lei nº 8.866, de 21 de junho de 1993, conforme dados dos setores administrativos competentes.

13.2. O não cumprimento de qualquer obrigação assumida em decorrência desta contratação, por parte da CONTRATADA, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.866/93, garantida a prévia defesa:

- a) Advertência.
- b) Multa do valor contratado, em até:
 - b.1) 0,3% (zero vírgula três por cento), incidente sobre o valor da contratação, por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia;
 - b.2) 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
 - b.3) 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da contratação, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o DEMLURB, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- c) Suspender temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pelo DEMLURB, ou, ainda, quando for o caso, deverá ser paga por meio de guia própria – documento arrecadação municipal – no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua aplicação.

14. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

14.1. Os recursos orçamentários e financeiros, decorrentes dessa contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria a ser indicada pela Divisão competente, após o levantamento da estimativa e custo da contratação.

ANEXOS:

- ANEXO I.1. Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos de Construção Civil – PGIRCC do Município de Juiz de Fora *(em arquivo digital anexo)*;
- ANEXO I.2. Mapa de localização da Área “Bairro Bom Jardim” *(em arquivo digital anexo)*;
- ANEXO I.3. Mapa de localização da Área “Bairro Aeroporto” *(em arquivo digital anexo)*;
- ANEXO I.4. Cronograma Físico-Financeiro *(em arquivo digital anexo)*
- ANEXO I.5. Planilhas de Composição de custos de implantação e operação das URPV's *(em arquivo digital anexo)*.



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB

ANEXO II

MODELO DE CARTA-CREDENCIAL PARA SESSÃO PÚBLICA

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG,
residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº,
detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios,
confere-os à, portador da cédula de identidade RG, e
inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico de representar a outorgante perante
Prefeitura de Juiz de Fora, na CONCORRÊNCIA nº 007/2015, podendo assim retirar editais, propor seu
credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de
fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se
fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....
(local e data)

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital da CONCORRÊNCIA nº 007 /2015, assim como tem pleno conhecimento
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E A

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DEMLURB, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr. _____, doravante denominado DEMLURB e a _____ estabelecida à rua _____ n.º _____, CNPJ nº _____, pelo seu representante infra-assinado Sr. _____, CPF nº _____, RG nº _____, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **CONCORRÊNCIA nº 007/2015**, conforme consta do processo administrativo próprio nº **06930/2015**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.1. É objeto deste instrumento, conforme especificações constantes dos Anexos e do Edital da Concorrência nº 007/2015, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes, a **implantação e operação de 02 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – URPV's no município de Juiz de Fora**, considerando:

- URPV como: “equipamento público destinado ao recebimento de pequenos volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, gerados e entregues pelos munícipes, podendo ainda ser coletados e entregues por pequenos transportadores diretamente contratados pelos geradores, equipamento esse que, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, deve ser usado para a triagem de resíduos recebidos, posterior coleta diferenciada e remoção para adequada disposição”;
- Resíduos da Construção Civil: “provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras. Devem ser classificados, conforme o disposto na Resolução CONAMA nº 307 ou qualquer outra que venha a sucedê-la, nas classes A, B, C e D”;
- Resíduos Volumosos: “resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros, comumente chamados de bagulhos e não caracterizados como resíduos industriais”;
- Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos: “aqueles contidos em volumes até 1 (um) metro cúbico”;
- Geradores de Resíduos da Construção Civil: “pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra de construção civil, ou de demolição, ou empreendimento com movimento de terra, que produzam Resíduos da Construção Civil”;
- Geradores de Resíduos Volumosos: “pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados Resíduos Volumosos”;
- Receptores de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Volumosos: “pessoas jurídicas, públicas ou privadas, operadoras de empreendimentos, cuja função seja o manejo adequado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos em pontos de entrega, áreas de triagem, áreas de reciclagem e aterros licenciados, entre outras”.

1.1.1.1. A implantação das URPV's deverá considerar os projetos básicos definidos no Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos de Construção Civil – PGIRCC do município de Juiz de Fora (**Anexo I.1, em arquivo digital anexo**).

1.1.1.2. A operação das URPV's deverá contemplar as atividades de recebimento, triagem, guarda e posterior expedição dos resíduos triados. O transporte dos resíduos das URPV's até sua destinação final será realizada pelo DEMLURB.

1.1.1.3. A operação das URPV's deverá contemplar mão-de-obra, equipamentos e insumos necessários às atividades constantes do subitem **1.1.1.2** deste contrato.

1.1.1.4. A destinação dos resíduos triados nas URPV's poderão ser o Aterro Sanitário ou Aterro de Inertes localizados na Central de Tratamento de Resíduos – CTR em Dias Tavares, a Usina de Triagem de Resíduos Recicláveis em Nova Benfica ou outro local devidamente licenciado, de acordo com a tipologia de cada resíduo.

1.1.1.5. A destinação de resíduos volumosos, perigosos e outros resíduos que não se enquadrem na classificação da Resolução CONAMA nº 307/2002 que, porventura, estejam misturados aos resíduos da construção Civil de pequenos geradores e que sejam identificados na triagem realizada nas URPV's, deverão permanecer nessas unidades até a correta destinação final a ser promovida pelo DEMLURB.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

1.2.1. A execução desta contratação envolve os seguintes serviços:

1.2.1.1. Implantação das URPV's nas áreas selecionadas no subitem 3.7 do Projeto Básico, contemplando no mínimo:

- Preparo da área, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e blocos de concreto Inter travados, ao redor da guarita, em conformação de escama de peixe;
- Instalação em todo perímetro da área tela 5 x 10, fio 2,40 mm, altura 2,03 m, de fabricação Belgo Bekaert Arames Ltda. Cada área de URPV será dotada de portão metálico com fechamento da mesma tela da cerca; cerca viva com altura aproximadamente de 1 m constituída de arbustos conhecidos como Pingo de Ouro e em todas as unidades serão plantadas mudas de Ipê Amarelo;
- Cada URPV receberá 4 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado em cada área um poste padrão trifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por um único poste do tipo curvo de aço;
- De acordo com as recomendações técnicas, as URPV's serão dotadas de um conjunto de baias para acondicionamento temporário de quatro tipos diferentes de resíduos, estruturado e coberto com telhas "ecológicas";
- A guarita será do tipo *container* forrada 10 ou similar. Sobre o teto da guarita será instada uma caixa d'água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros;
- Cada URPV receberá a instalação de um tanque de concreto, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 3/4" e um letreiro de identificação;
- As plataformas e rampas serão constituídas com aterro contido pelo sistema *rip-rap* e acabamento superficial em lastro de concreto em conformidade com o projeto constante no PGIRCC.

1.2.1.2. Operação das URPV's localizadas nas áreas selecionadas no subitem 3.7 do Projeto Básico, contemplando no mínimo:

- Recepção dos resíduos de construção civil até o limite de 1 m³ e resíduos volumosos durante todo o horário de funcionamento das URPV's, procedendo o registro da quantidade de resíduos, sua origem e classificação segundo a Resolução CONAMA nº 307/2002, quando for o caso, não sendo permitida em nenhuma hipótese a recepção de resíduos de origem comercial, industrial, de serviços de saúde e/ou resíduos orgânicos de origem domiciliar;
- Triagem dos resíduos oriundos dos pequenos geradores de RCC's e resíduos volumosos possibilitando sua correta destinação final;



- Armazenagem dos resíduos já triados de forma que o DEMLURB possa proceder a coleta, o transporte e a correta destinação final dos resíduos, procedendo ao registro da quantidade de resíduos expedidos, sua classificação segundo a Resolução CONAMA nº 307/2002, quando for o caso;
- Funcionamento das URPV's pelo período de 8:00 às 17:00 h, de segunda à sexta-feira e de 8:00 às 12:00 h, aos sábados.

1.2.2. A implantação e operação das URPV's deverão ser supervisionadas por profissionais de engenharia habilitados e qualificados com respectivas inscrições nos conselhos de classe e com anotação de responsabilidade técnica- ART.

1.2.3. A CONTRATADA contará com o apoio de equipe responsável e/ou fiscalizador do Contrato e demais pessoas indicadas pela CONTRATANTE, cujos membros acompanharão e darão suporte ao desenvolvimento dos trabalhos, proporcionando informações que contribuam para a consecução dos objetivos propostos, arcando a CONTRATADA com todos os custos decorrentes do deslocamento e de seus profissionais.

1.2.4. Depois de concluída a implantação das URPV's, os produtos realizados pela empresa contratada durante a operação das mesmas (relatórios, planilhas e demais documentos pertinentes) deverão ser entregues em 02 (duas) vias, para análise e aceitação, na sede do DEMLURB, localizado na Avenida Francisco Valadares, nº 1000, Bairro Vila Ideal, CEP 36020- 420, na cidade de Juiz de Fora/MG, nos termos da Cláusula 6ª deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA **DO PREÇO**

2.1 - O presente contrato tem o valor global de R\$ _____ (_____) conforme proposta apresentada, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes.

2.2 - A despesa referente aos serviços objeto deste contrato será empenhada na dotação orçamentária nº.
.....

CLÁUSULA TERCEIRA **DA FORMA DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento será efetuado pela Divisão de Recursos Financeiros do DEMLURB, creditado em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária, contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis posteriores à data de apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura, junto à Divisão de Expediente do DEMLURB e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por servidor lotado na Diretoria Administrativa, responsável pela fiscalização do Contrato:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Localidade: _____

3.2. O DEMLURB pagará à CONTRATADA o valor correspondente ao serviço, objeto desta contratação, conforme cronograma físico-financeiro.

3.3. Para efeito de pagamento a Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada do Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, do Certificado de Regularidade à Seguridade Social – INSS, emitido pelo Ministério da Fazenda, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CPENDT), instituída pela Lei nº 12.440/2011.



3.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o subitem **3.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica o DEMLURB autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação à Contratada, das penalidades previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93.

3.5. O DEMLURB poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA, por força deste contrato.

3.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **3.4**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste contrato.

3.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreção, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da Nota Fiscal/Fatura.

3.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva do DEMLURB, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) \\ \text{-----} \\ 365 \\ EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP – valor da parcela em atraso.

3.9. Para a hipótese definida no subitem **3.8**, a Contratada fica obrigada a emitir Nota Fiscal/Fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento do DEMLURB.

3.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

3.11. O ISSQN, se devido, será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

3.11.1. A retenção de ISSQN será no percentual de 3%, nos termos do art. 47 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações para o item 7.02 e de 5% para o item 7.09, sendo o ISS devido no local de sua prestação, ou seja, no Município de Juiz de Fora, e de 5% para o item 7.03, sendo o ISSQN devido no local do estabelecimento prestador, ou seja, no Município onde a empresa está localizada.

Com relação à redução da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), prevista no art. 28, § 2º, inciso I, da Lei nº 10.630, de 30 de dezembro de 2003 (dedução do valor dos materiais fornecidos pelo prestador), em relação ao subitem 7.02, somente será possível se o prestador do serviço cumprir as exigências previstas no Decreto nº 9029, de 31 de outubro de 2006.

Observação importante: Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 51/08). Caso não informe a alíquota na Nota Fiscal de Prestação de Serviço, a Prefeitura de Juiz de Fora, através do órgão responsável deverá reter o imposto com base na maior alíquota do Simples Nacional, ou seja, 5%, nos termos do art. 21, parágrafo 4º, V da Lei Complementar Federal nº 123/2006.



3.11.2. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO E DO PRAZO

4.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

4.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

4.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

4.4. O **prazo total de vigência** do contrato é de até **53 (cinquenta e três) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes.

4.5. O prazo de execução dos serviços será de até 53 (cinquenta e três) meses, contados a partir da Ordem de Execução de Serviço, para conclusão e entrega dos serviços descritos no item **1.2**, objeto desta contratação, conforme cronograma físico-financeiro constante do **Anexo 1.4**.

4.6. A contratação dos serviços, objeto desta licitação será pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE DO CONTRATO

5.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

5.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

5.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

5.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO SERVIÇO

6.1. O objeto desta contratação será recebido:

6.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

6.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69, da Lei nº 8.666/93.



6.2. Caberá à CONTRATADA, no caso de recusa dos serviços dispostos neste contrato, substituí-los, às suas expensas, de imediato ou no prazo determinado pelo DEMLURB.

CLÁUSULA SÉTIMA DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A supervisão da prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor da Diretoria Administrativa designado pelo DEMLURB, nos termos do art. 67, da lei nº 8.666/93, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento nos termos contratados.

7.2. O DEMLURB comunicará à empresa prestadora dos serviços, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos mesmos, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.3. A presença da fiscalização do DEMLURB, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A fiscalização se reserva no direito de impugnar os serviços que não forem feitos a contento, ficando a CONTRATADA obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o DEMLURB.

CLÁUSULA OITAVA DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Caberá à CONTRATADA:

8.1.1. Responsabiliza-se pelo planejamento, coordenação e desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Contrato.

8.1.2. Indicar as equipes de coordenação, técnica e de apoio, responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos ora contratados.

8.1.3. Responder perante o CONTRATANTE pela qualidade técnica e orientação dos trabalhos desenvolvidos.

8.1.4. Observar o cumprimento dos prazos previstos para a realização dos serviços objeto do presente Contrato.

8.1.5. Comprometer-se a guardar sigilo ético-empresarial necessário, por tempo indeterminado, sobre dados, documentos, especificações técnicas e comerciais, metodologias, inovações e quaisquer outras informações da CONTRATANTE, sobre os quais a CONTRATADA tenha tido acesso durante a execução do presente Contrato, não podendo divulgar ou reproduzir sob qualquer pretexto, sob pena de quebra de Contrato, sujeito à plena rescisão, além das sanções legais pertinentes.

8.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados.

8.1.7. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados.

8.1.8. Executar os serviços em conformidade e nas condições estipuladas neste contrato e normas técnicas aplicáveis.

8.1.9. Executar o objeto deste instrumento nas especificações e condições exigidas, propostas apresentada e no preço avençado;



8.1.10. Possibilitar ao fiscalizador da CONTRATANTE em qualquer etapa, o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação.

8.1.11. Comunicar ao fiscalizador do contrato, com antecedência de até 15 (quinze) dias úteis do prazo de vencimento da entrega do objeto desta contratação, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, ficando a cargo da CONTRATANTE acatar ou não as razões que deram ensejo ao não cumprimento do prazo.

8.1.12. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.1.13. Arcar com todos os custos decorrentes do deslocamento de seus profissionais para realização de eventuais reuniões, com a participação do fiscalizador do Contrato e demais pessoas indicadas pela CONTRATANTE, a serem realizadas no início e no final dos trabalhos, na sede da CONTRATANTE.

8.1.14. Todas as despesas relativas à execução dos serviços, materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas, viagens (deslocamento, hospedagem, e alimentação) e etc., correrão por conta da CONTRATADA.

8.1.15. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução dos serviços.

8.1.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

8.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em licitação.

8.2. Caberá ao CONTRATANTE:

8.2.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste contrato, inclusive facilitando o acesso às informações disponíveis, dentro das exigências estabelecidas.

8.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solucionados pela CONTRATADA.

8.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto desta contratação entregue em desacordo com o escopo previsto neste contrato em com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO.

8.2.4. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

8.2.5. Notificar, por escrito, a CONTRATADA em ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado de execução dos serviços para a sua regularização.

8.2.6. Aplicar penalidades previstas para o caso do não cumprimento deste contrato pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA DAS PENALIDADES E RESCISÃO

9.1 - São estabelecidas de acordo com a Lei nº 8.866, de 21 de junho de 1993, conforme dados dos setores administrativos competentes.

9.2. O não cumprimento de qualquer obrigação assumida em decorrência desta contratação, por parte da CONTRATADA, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.866/93, garantida a prévia defesa:

a) Advertência.

b) Multa do valor contratado, em até:

- b.1) 0,3% (zero vírgula três por cento), incidente sobre o valor da contratação, por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia;
- b.2) 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- b.3) 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da contratação, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir da contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o DEMLURB, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- c) Suspender temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2.1. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pelo DEMLURB, ou, ainda, quando for o caso, deverá ser paga por meio de guia própria – documento arrecadação municipal – no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua aplicação.

9.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 9.2, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “d” do item 9.2, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

9.6. O Demlurb poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperação judicial e extrajudiciais da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

9.7. Da Inexecução e da rescisão da contratação

9.7.1. A inexecução total ou parcial da contratação poderá ensejar a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 866/93.

9.7.2. Se a rescisão da avença se por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATADO sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

9.7.3. A rescisão da contratação poderá se dá sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei 8.666/93.

9.8 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termo do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA
DA CESSÃO DO CONTRATO E DAS COMUNICAÇÕES

10.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido no todo ou parcialmente.

10.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na presente licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

10.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

10.3 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO

11.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Juiz de Fora, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Prefeitura de Juiz de Fora, ____ de _____ de 2015.

DIRETOR GERAL
CONTRATADA

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o Sr(a).
....., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB

ANEXO VII

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Prefeitura de Juiz de Fora
Avenida Brasil, 2001 – 6º Andar, Centro
Juiz de Fora, MG
Att.: Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Apresentamos e submetemos à apreciação dessa Comissão de Licitação, nossa proposta de preços relativa à licitação da **Concorrência nº 007/2015**, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação.

O nosso preço global constante do orçamento da presente CONCORRÊNCIA é de R\$-.....
(.....).

Acompanha a nossa proposta de preços a **Planilha de Composição de Custos de Implantação e Operação das URPV's e Cronograma Físico-financeiro**, bem como todos os elementos julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Declaramos, igualmente, que em nosso preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme **Projeto Básico** constante da Concorrência, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.

Declaramos ainda, que:

- Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executados.
- Recebemos do Município todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.
- Estamos cientes dos critérios de medição e pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente.
- Obrigamos-nos a aceitar o direito do Município de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta Licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa Proposta, no todo ou em parte.
- Obrigamos-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura.



Reconhecemos o direito do Município de paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e a aquisição, pelo preço de custo comprovado, dos materiais por nós adquiridos, existentes no local dos serviços e a eles destinados.

Utilizaremos a equipe técnica e administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização do MUNICÍPIO.

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 – DEMLURB

ANEXO VIII

MODELO DECLARAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

À
PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
ENDEREÇO
CIDADE – ESTADO
Att.: Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a manter a nossa proposta comercial relativa à **CONCORRÊNCIA nº 007 /2015**, pelo prazo de **90** (noventa) dias, a contar da data de abertura da mesma, para fins de julgamento e de contratação.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



CONCORRÊNCIA nº 007/2015 - DEMLURB

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.